

**PROJETO DE LEI Nº 74, DE 04 DE NOVEMBRO DE 2025**

*Dispõe sobre o Serviço Voluntário no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e Legislativo de Pires do Rio e dá outras providências.*

**O PREFEITO MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, ESTADO DE GOIÁS, FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E EU SANCIONO A SEGUINTE LEI:**

**Art. 1º** Fica instituído o Serviço Voluntário no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta do Poder Executivo e Legislativo de Pires do Rio, com o objetivo de estimular e fomentar ações voluntárias de cidadania, solidariedade e envolvimento comunitário, de forma livre e organizada, ficando sua prestação disciplinada por esta Lei.

**Art. 2º** Considera-se prestação voluntária de serviço, para os fins desta Lei, aquela realizada de forma espontânea e sem recebimento de contraprestação financeira ou qualquer outro tipo de remuneração, sem vínculo empregatício, funcional ou obrigação de natureza trabalhista, previdenciária ou tributária, prestada por pessoa física a órgãos públicos da Administração Direta ou a entidades da Administração Indireta do Poder Executivo e Legislativo de Pires do Rio, que tenham objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, técnicos, recreativos, assistenciais e outros vinculados as atividades dos entes públicos.

**Art. 3º** Os trabalhadores voluntários atuarão em regime de cooperação, auxiliando os servidores públicos titulares de cargos, empregos ou funções públicas no âmbito da Administração Pública Municipal, sendo vedada a substituição destes pelos prestadores de serviço voluntário.

**Art. 4º** Dado o caráter voluntário do vínculo, fica expressamente proibido o repasse ou concessão de quaisquer valores ou benefícios, ainda que a título de ressarcimento de eventuais despesas, as quais deverão ser suportadas pelo próprio prestador do serviço voluntário.

**Art. 5º** A prestação de serviços voluntários será permitida somente aos cidadãos maiores de 18 (dezoito) anos.

*Parágrafo único.* É vedada nova admissão de candidato a prestador de serviço voluntário que tenha sido desligado anteriormente por violação às normas desta Lei.

**Art. 6º** O serviço voluntário será exercido mediante a assinatura de Termo de Adesão, acompanhado de ficha cadastral do interessado, firmados com o órgão ou entidade pública municipal a que o voluntário for designado.

§ 1º A celebração do Termo de Adesão somente poderá ocorrer após comprovação de idoneidade, regularidade da documentação civil e apresentação de atestado médico de saúde física e mental.

§ 2º O Poder Executivo designará responsável pela elaboração e guarda dos Termos de Adesão e fichas cadastrais, mantendo banco de dados atualizado durante o período de voluntariado.

**Art. 7º** Do Termo de Adesão deverão constar, no mínimo:

- I – nome e qualificação do prestador de serviço voluntário;
- II – local, prazo, duração semanal e diária da prestação do serviço;
- III – definição e natureza das atividades a serem desenvolvidas;
- IV – direitos, deveres e proibições do voluntário;
- V – cláusula de responsabilidade por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros;
- VI – demais condições previstas nesta Lei.

*Parágrafo único.* A periodicidade e os horários da prestação do serviço poderão ser livremente ajustados entre o órgão e o voluntário, conforme conveniência de ambas as partes.

**Art. 8º** A prestação de serviço voluntário terá duração de até 1 (um) ano, podendo ser prorrogada por períodos sucessivos, mediante termo aditivo.

§ 1º É facultado firmar novos termos de adesão com o mesmo voluntário.

§ 2º O Termo de Adesão poderá ser rescindido unilateralmente, a qualquer tempo pela administração.

**Art. 9º** São deveres do prestador de serviço voluntário, sob pena de desligamento:

- I – manter conduta compatível com o decoro da instituição;
- II – zelar pela imagem da Administração Municipal;
- III – observar assiduidade e pontualidade;
- IV – tratar com urbanidade servidores e cidadãos;
- V – cumprir as atribuições previstas no Termo de Adesão;
- VI – justificar eventuais ausências;
- VII – observar as normas legais e regimentais;
- VIII – usar o crachá de identificação fornecido pela Administração.

**Art. 10.** É vedado ao prestador de serviço voluntário:

- I – substituir servidor ou empregado público municipal;
- II – identificar-se como voluntário quando fora do exercício das atividades;
- III – utilizar materiais ou bens públicos para fins particulares.

**Art. 11.** O Termo de Adesão será encerrado antecipadamente, dentre outros motivos, quando:

- I – houver desrespeito aos princípios da Administração Pública;
- II – o voluntário apresentar conduta inadequada;
- III – ocorrer dano não reparado à Administração ou a terceiros;
- IV – houver conflito de interesses;
- V – por interesse público ou conveniência administrativa;
- VI – por desinteresse superveniente do voluntário;
- VII – pelo descumprimento das normas desta Lei.

*Parágrafo único.* Nos casos dos incisos I, IV e VII, fica vedada nova adesão pelo voluntário desligado pelo período de 02 (dois) anos.

**Art. 12.** Compete ao Poder Executivo Municipal:

- I – aprovar o modelo do Termo de Adesão e da ficha cadastral;
- II – consolidar informações sobre os prestadores voluntários;
- III – criar banco de dados com currículos de voluntários;
- IV – definir as atividades que poderão ser exercidas voluntariamente;
- V – supervisionar a atuação e frequência dos voluntários;
- VI – definir áreas de atuação e número máximo de voluntários.

**Art. 13.** A seleção, coordenação e acompanhamento dos voluntários serão realizados por comissão designada, mediante ato do Chefe do Poder, incumbindo-lhe zelar pelo cumprimento das normas desta Lei.

**Art. 14.** Para atendimento das despesas oriundas da execução desta Lei, fica autorizada a criação de Créditos Especiais, inclusão ou alteração de Unidades Orçamentárias, Funções, Subfunções, Programas, Ações, Elementos e Fontes de Recursos na LOA – Lei Orçamentária Anual vigente, bem como a inclusão ou alteração da programação orçamentária na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei do PPA – Plano Plurianual vigentes.

**Art. 15.** Os Poderes Executivo e Legislativo regulamentarão esta Lei em até 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

**Art. 16.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, Plenário**  
**Vereador Libório Silva Neto, em 04 de novembro de 2025.**

Vereadora **ANA CLÁUDIA SAÊTA**

A presente proposição tem por finalidade instituir o Serviço Voluntário no âmbito da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo e Legislativo de Pires do Rio, promovendo o engajamento cidadão, o fortalecimento da solidariedade e o envolvimento comunitário de forma organizada e responsável.

O trabalho voluntário é expressão genuína da cidadania ativa e contribui significativamente para o desenvolvimento social, educacional e cultural do Poder Executivo e Legislativo, promovendo a integração entre o poder público e a comunidade.

A proposta estabelece um marco legal para o serviço voluntário, garantindo segurança jurídica, transparência e eficiência na gestão das atividades, sem substituição das funções próprias dos servidores públicos.

Diante da relevância da matéria, solicito o apoio dos Nobres Pares para aprovação deste projeto, que representa mais um passo em direção a uma sociedade piresina mais participativa, solidária e comprometida com o bem comum.

**SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE PIRES DO RIO, Plenário**  
**Vereador Libório Silva Neto, em 04 de novembro de 2025.**

Vereadora **ANA CLÁUDIA SAÊTA**